

NOVO GOVERNO

Questão militar é com Lula

Presidente eleito estará à frente dos contatos com as três Forças devido à falta de interlocutores no governo de transição

» VINICIUS DORIA
» HENRIQUE LESSA

O governo de transição reconheceu, ontem, que há ruídos na relação com os militares e, por isso, a composição do grupo temático da Defesa no gabinete provisório só sairá após o retorno do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva ao Brasil. O coordenador geral dos grupos técnicos, Aloísio Mercadante, disse que “há um problema institucional com relação às Forças Armadas”, mas que isso “não é, propriamente, um problema do grupo de trabalho”.

Até agora, o governo de transição não designou ninguém da área militar, da ativa ou da reserva, para integrar os grupos de trabalho, como o **Correio** antecipou na edição de ontem. Essa demora para fechar o grupo temático da Defesa reflete a dificuldade de interlocução com o setor, que será resolvida exclusivamente pelo presidente eleito.

As relações do PT com a caserna se esgarçaram nos últimos anos, com a adesão de boa parte das Forças Armadas à ideologia e à agenda do presidente Jair Bolsonaro (PL). A presença dos militares na comissão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que avaliou a segurança das urnas eletrônicas — sem encontrar irregularidades — foi mais um dos pontos de atrito com o Judiciário e a oposição. As notas oficiais assinadas pelos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em que mantêm dúvidas sobre a inviolabilidade do sistema eletrônico de votação, e o tuíte do ex-comandante do Exército Eduardo Villas Boas — na qual se alia aos apoiadores de Bolsonaro que promovem manifestações antidemocráticas — só acirraram a relação com as forças políticas vitoriosas nas eleições de outubro.

No PT, algumas lideranças da legenda tentam minimizar o problema. Para o deputado federal Rui Falcão (PT-SP), “os militares têm que cumprir seu papel”. Ele não vê “necessidade” na

Fátima Meira/Estadão Conteúdo



Mercadante admitiu que há “problema institucional com as Forças Armadas”. Até agora, nenhum militar foi chamado a integrar os setoriais da transição

participação de representantes das Forças nos grupos temáticos. “O que conversaríamos com eles?”, indaga.

Sobre o futuro ministro da Defesa, Falcão reforçou a posição do partido de que deveria voltar a ser civil. “O ministro da Defesa tem que ser civil, o presidente tem a prerrogativa de escolher o ministro que ele quiser, e é claro que pode consultar [a área militar]. Mas não há necessidade”, afirmou.

O senador pela Bahia e ex-ministro da Defesa Jaques Wagner, uma das vozes mais influentes do PT, corrobora a opinião do deputado. Para ele, a pasta não é “uma questão só das Forças Armadas, é uma questão da sociedade”. Por isso, também defende a pasta nas mãos civis, para “construir as pontes” com o setor militar.



Acho bom ter (militares na transição). Tem muita gente boa do nosso campo”

Deputado Wolney Queiroz (PDT-PE)

Mas, entre os partidos aliados, há muitos que pregam o diálogo imediato com a área militar. “Acho que é bom ter (militares na transição). Tem muita gente boa, tem muita gente qualificada, que é do nosso campo, que é comprometida com as ideias do projeto que ganhou a eleição.



Os militares têm que cumprir seu papel. O que conversaríamos com eles?”

Deputado Rui Falcão (PT-SP)

Acho importante ter”, disse o líder da Oposição na Câmara, Wolney Queiroz (PDT-PE).

Abin e GSI

Outros dois grupos que estavam previstos no organograma original do governo de transição

— Centro de governo e Inteligência estratégica — ainda estão com o futuro indefinido. O primeiro cuidaria dos ministérios e secretarias com status ministerial que funcionam no Palácio do Planalto, como Casa Civil e Secretaria Geral da Presidência. O outro se dedicaria à coleta de dados em órgão sensíveis, como o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e a Agência Brasileira de Informações (Abin).

Mercadante disse que “não é simples” montar um grupo de trabalho para lidar com informações estratégicas, muitas tratadas sob sigilo. “Tem que ter instrumentos fora do governo que permitam ter informações para poder avaliar. Nós temos gente da área que está discutindo, mas não sabemos se vamos formalizar um grupo ou não”, observou.

Resistência a dividir Justiça

» VICTOR CORREIA

Membros do grupo técnico de Justiça e Segurança Pública da transição divergem sobre o desmembramento do atual ministério em dois, uma das propostas de campanha de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A maioria dos 17 membros da equipe técnica estão alinhados com o presidente eleito, mas nomes fortes da transição querem manter a pasta unificada.

Um deles é o coordenador do grupo técnico, o senador eleito Flávio Dino (PSB-MA). Ele é, inclusive, um dos nomes mais cotados para assumir o futuro ministério. “Técnicamente, sempre defendi o modelo de integração. Sei que só existe política de Segurança Pública integrada com Justiça, e em diálogo com as instituições de outros poderes. Claro que a integração pode se dar com dois ministérios”, respondeu o senador eleito ao ser questionado sobre o tema ontem, no Centro Cultural Banco do Brasil, sede do governo da transição. Dino, porém, frisou que a escolha é do presidente eleito, e que não será tratada dentro de sua equipe.

Embora a maioria do grupo técnico defenda o desmembramento, um dos integrantes confidenciais que “tem coisa que a gente não resolve por maioria, mas pelo diálogo”. Outro defensor de manter a pasta integrada é o ex-deputado federal Wadih Damous.

“Acho que é um equívoco desmembrar, embora haja respeitáveis opiniões em contrário”, afirmou. Na avaliação que faz, a indicação de dois ministros pode gerar contradições caso tenham pensamentos divergentes, já que Justiça e Segurança Pública inevitavelmente têm políticas comuns.

Damous acredita, porém, que o fato de um grupo de trabalho ter sido criado para tratar dos dois temas seja uma indicação de que o novo governo não pretende desmembrar a pasta.

Polícias

O setorial de Justiça e Segurança Pública recebeu sinais de que as forças de segurança manifestaram preocupação com a baixa representação de policiais no grupo — há apenas um, o delegado federal Andrei Passos Rodrigues. Questionado, Dino assegurou que todas as corporações serão ouvidas.

“Sem exceção. E aí com todos os seus segmentos, os agentes, os delegados, os peritos. Quero sublinhar isso, que foi uma decisão e uma preocupação do grupo. Mais do que um direito, é um dever da nossa parte”, salientou.

Cada um dos 17 membros do grupo será responsável pela relatoria de um tema específico. Um deles, adiantado por Dino, é perícia, prova técnica e polícia técnica. Os nomes e respectivos assuntos devem ser divulgados hoje. Outras prioridades elencadas pela equipe são a estruturação do Sistema Único de Segurança Pública, crimes digitais, crimes contra o estado democrático de direito e crimes contra os consumidores. Os relatores serão responsáveis pelo contato com todas as corporações.

“Daí emergirão audiências com segmentos, corporações, especialistas, relatórios setoriais que vão compor o relatório geral”, segundo Dino. Cada grupo de trabalho terá autonomia para se organizar internamente e marcar ações e agendas.

O objetivo central da primeira reunião de Justiça e Segurança Pública, ontem, foi organizar os trabalhos, que devem se iniciar no começo da semana que vem, segundo Dino. À tarde, a equipe técnica esteve com o atual ministro da pasta, Anderson Torres, para acertar o fluxo de dados e a continuidade administrativa entre os governos.

Petista reaproxima Brasil de Portugal

» VICENTE NUNES
Correspondente

Lisboa — Embalado pela passagem vitoriosa na 27ª Conferência Internacional do Clima das Nações Unidas (COP27), no Egito, onde foi a estrela principal, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva desembarca, hoje, em Portugal, com a missão de retomar as relações com o país europeu. Nos últimos quatro anos, houve um grande distanciamento entre as duas nações, com o presidente Jair Bolsonaro (PL) não economizando nas desfeitas ao presidente português, Marcelo Rebelo de Sousa. Nas duas últimas vezes em que ele esteve no Brasil, teve um almoço com o atual ocupante do Palácio do Planalto cancelado e, nas cerimônias do 7 de Setembro, foi trocado por um empresário apoiador do governo, imagem que rodou o

mundo e causou profundo incômodo no Palácio de Belém.

Toda a viagem de Lula a Portugal — ele retorna para o Brasil amanhã — está sendo conduzida pelo governo português. A meta é dar ao presidente eleito tratamento de chefe de Estado, mesmo que ele ainda não tenha tomado posse. Tanto o presidente português quanto o primeiro-ministro, António Costa, têm reiterado a satisfação de receber o petista. Ambos dizem estar com saudades do Brasil e de Lula.

Além da reaproximação política entre as duas nações, Lula deve focar parte das conversas com os anfitriões no forte crescimento da comunidade brasileira em Portugal. Oficialmente, há cerca de 250 mil cidadãos do Brasil com registro oficial. Mas se acredita que esse número passe de 400 mil com os ilegais.

Há uma euforia enorme entre

Ricardo Stuckert/Divulgação



Sousa e Lula estiveram juntos antes da eleição, em São Paulo. Agora, o petista devolve a gentileza indo a Lisboa

brasileiros, que veem Portugal como um Eldorado. Mas a realidade da economia portuguesa tem levado muitos à frustração. Depois de décadas, o país voltou a conviver com inflação — a taxa anualizada está acima de 9% —,

os juros apontam para cima, a pobreza cresceu — 4,5 milhões de cidadãos vivem com menos que um salário mínimo por mês (705 euros ou R\$ 3,8 mil) —, os preços dos aluguéis estão impraticáveis, não há renda suficiente para se

comprar uma moradia e muitos especialistas não descartam uma recessão no próximo ano. Nesse quadro que tem semelhanças com o Brasil, disparou o número de contratados de Lula pedindo ajuda para voltar para casa.

Agenda com apoiadores e líderes políticos

Em agradecimento ao apoio que recebeu durante as eleições, o presidente eleito do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai se encontrar com cerca de 200 representantes de movimentos sociais em Portugal, onde ele venceu a disputa com Jair Bolsonaro com mais de 60% dos votos válidos. O pedido desse encontro foi feito aos coletivos pela assessoria de Lula. Mas haverá uma série de restrições, por questão de segurança. Cada grupo pode indicar

apenas cinco pessoas. Os nomes já foram encaminhados e passam por análise.

A organização do encontro está a cargo do núcleo do PT em Portugal e da Casa do Brasil em Lisboa. Ainda não está definido o local, mas é certo que a conversa ocorrerá amanhã, pela manhã. Lula retornará ao Brasil no mesmo dia.

Portugal será o primeiro país visitado, oficialmente, pelo presidente eleito. É uma deferência num ano em que se comemora os 200

anos da independência brasileira.

A agenda do petista em Portugal vinha sendo mantida em sigilo diante do temor do governo português e do PT de que manifestações por parte de apoiadores de Bolsonaro resultem em tumultos. A segurança do petista e dos locais onde pelos quais ele passará será reforçada.

O governo português e o PT vinham relutando em divulgar a agenda do presidente eleito, mas, depois de muita pressão, saiu a

confirmação de horários e locais dos encontros entre os líderes.

Ainda hoje, às 17h (horário de Lisboa), Lula se encontrará com o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, no Palácio de Belém. Às 20h, será a vez de o primeiro-ministro, António Costa, receber o petista. Será o primeiro encontro bilateral do presidente eleito, após as eleições, com chefes de Estado e de governo de um país estrangeiro.

Para amanhã, estão previstos encontros de Lula com

associações e coletivos sociais no núcleo do PT em Lisboa, cujos horários e locais ainda não estão fechados. Antes das eleições presidenciais, esses grupos realizaram uma série de manifestações em favor do petista em Portugal.

A presença de Lula em Lisboa reforça o reatamento das relações entre Brasil e Portugal, país que o presidente Jair Bolsonaro (PL) jamais visitou, algo que nunca havia ocorrido desde a redemocratização do país. (VN)